

NOTÍCIAS

A economia da ética e felicidade

Conseguirá Portugal Ser competitivo?

Sessão de encerramento do PDE

PASSAPORTE

www.aese.pt

AGENDA

Finanças para não-financeiros

Lisboa, 19 de Setembro

Gestão de talento

Lisboa, 29 de Setembro

Repensar as Operações

Lisboa, 11 de Outubro

OPINIÃO

O défice público, a contabilidade e a informática

Rigor vs Relevância

PANORAMA

“Acção pró-família: da sociedade aos políticos”

Cuba e EUA: 50 anos de bloqueio sem resultados

Decenários para dezenas

Itália: reconhecida objecção à pílula do dia seguinte

DOCUMENTAÇÃO

Uma constituição inovadora para a Hungria

WORD CLOUD



CONTACTE-NOS »»

[13 DE JULHO, EM LISBOA](#)[DEBATE SOBRE PORTUGAL NOS PRÓXIMOS 3 ANOS](#)

A economia da ética e felicidade

O mais recente painel do Expresso “Portugal nos próximos 3 anos”, do qual a AESE é *expert sponsor*, dedicou-se no passado dia 13 de Julho a debater o tema “A Economia da Ética e Felicidade”. O painel foi composto por Luís Bento dos Santos, Santander, João César das Neves, UCP, Luís Todo Bom, Instituto Português de Corporate Governance, [Fátima Carioca](#), AESE e Alexandra Teté, Mulheres em Acção. Os moderadores foram Nicolau Santos e António José Teixeira.

Nicolau Santos abriu o debate: Os valores do país estão hoje centrados na economia da ética e da felicidade? Não terão as empresas de dar o exemplo dos bons comportamentos e não dos comportamentos amorais de forma a atingirmos esse objectivo? Luís Todo Bom é da opinião que a

economia do ter é a realidade, realidade que pela crise económica que vivemos foi posta em causa. Para nos centrarmos no que temos de comum – a busca da felicidade – será necessário que todas as decisões tomadas em nome do país tenham em consideração o valor máximo que a sociedade pede - a qualidade de vida – razão pela qual, aliás, foi criada a união europeia no sentido de desenvolver uma coesão económica e social.

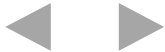
Porém, neste momento, e segundo João César das Neves, vivemos centrados na gestão das esperanças, e será necessário mudar o foco da abordagem materialista que hoje temos. É necessário sobreviver à realidade económica actual, deixar de encarar a política como fundamental e a felicidade como algo a atingir num futuro longínquo,



Assista ao vídeo do encontro



Assista ao vídeo do *teaser*



para tornarmos a economia o complemento directo e a felicidade o sujeito das nossas escolhas, pois só pode haver economia quando há escolha.

Mas será que a economia pode ser um critério para a felicidade? Foi uma questão então colocada por António José Teixeira. Pergunta à qual João César das Neves respondeu que quem manda na sociedade é a economia, e as crises são movimentos normais do mercado - um mercado perfeito não existe, assim como não existe um avião que não possa cair, é a realidade, por mais que a queiramos evitar.

Luís Todo Bom concorda que é impossível regulamentar totalmente o mercado, mas sendo a sociedade feita de pessoas, os esforços na construção de uma nova realidade social devem estar centrados no sistema educativo. As famílias e escolas são cruciais para dotar todos do conhecimento para uma escolha do caminho

ético a seguir, dos valores a defender em termos pessoais e daqueles que devemos lutar para serem defendidos no colectivo.

É verdade que a crise actual foi também uma crise de valores, mas a existência e defesa destes valores não é por si só garantia de resolução dos problemas actuais, defendeu Fátima Carioca. A ética incorpora-nos, faz parte de tudo o que somos e fazemos, as nossas competências, as nossas capacidades, as nossas decisões. Foi a falha dessa capacidade e a realidade económica que causou a crise que actualmente vivemos. Para a solucionar é necessário que a sociedade defenda os valores pelos quais se deve reger, e o que está em falta é o compromisso da sociedade em os defender, em os fazer acontecer. Por outro lado, os modelos de negócio pelos quais nos regemos têm de mudar, se queremos construir a nossa vida no sentido de atingirmos a felicidade em todas as facetas do nosso dia-a-dia.

A felicidade é uma porta que se abre para fora, defendeu Alexandra Teté. A economia não pode dar felicidade, mas fornece as condições e requisitos para que cada um, com as suas capacidades e objectivos, possa atingir a felicidade – o que fazemos com as opções que tomamos é que nos pode tornar felizes. Todos devemos procurar o bem, mas as empresas não foram feitas para responder à felicidade das pessoas – a felicidade parte de cada um. O bem tem de ser feito pelas empresas, mas a felicidade depende depois de cada um.

Porém, será que atingir a felicidade individual tem de negar a felicidade colectiva, pergunta Luís Bento dos Santos? Os países que têm o maior índice de bem estar são também os que possuem um maior número de suicídios - a conclusão e lição que se pode retirar desta realidade é que os extremos levam-nos a graves problemas. As decisões individuais tomadas com base na tolerância »»



são a solução e o ideal, pois promovem a cooperação e o conhecimento.

Ao fazer o paralelismo com a realidade angolana, Luís Todo Bom concluiu ainda que a felicidade sem condições mínimas de subsistência não pode existir, porém a actual classe alta angolana já demonstra alguns movimentos de crispação, o que prova que o dinheiro também não é garantia de felicidade.

Para João César das Neves, Portugal debate-se hoje com dois desafios: tem a oportunidade de mostrar o disparate das promessas falsas e dar a volta por cima e, também, saber se é capaz de viver em democracia, e que tipo de democracia e organizações queremos.

Mas faz sentido colocar o peso e exigência de contribuir para a sociedade nas organizações? Questionou Fátima Carioca, afirmando depois que o êxito de uma boa

estratégia, de uma boa ideia, depende de uma boa implementação, e esta é feita pelas pessoas, ou seja, os resultados interessam tanto como o caminho para lá chegarmos. Demonstrar e ter lógica na equidade das decisões, ter inovação nas ideias e processos, criar diálogo q.b., e ter processos transparentes, são algumas das chaves para sair da crise. Para ajustar e restabelecer as expectativas de todos é necessário, nos anos que se avizinham, ajustar estas variáveis que não têm a ver puramente com os negócios.

Alexandra Teté ressaltou que o perigo será cair na tentação de dar o que é preciso, em vez de ensinar a pescar. Uma crise pode ser uma oportunidade para alterar os valores pelos quais nos temos regido, um momento em que nos educamos e reeducamos, para ganhar com esforço, ter espírito de entrega e dedicação, para voltar a saber trabalhar.



Fátima Carioca



Luis Bento dos Santos



Mesmo porque, comprovado por estudos, o excesso de horas no trabalho é contraproducente, disse Luís Todo Bom. É necessário ter tempo para dedicar a outros valores.

Mas será que o sucesso individual leva ao sucesso colectivo, perguntou João César da Neves. O sucesso é um instrumento, não um fim em si, ou seja, o que conta é o caminho trilhado e não o fim em si. É preciso construir a vida e depois a carreira, travando as nossas batalhas com honra e dignidade.

O estado do bem-estar é uma miragem, comentou Fátima Carioca, é necessário conseguir criar o equilíbrio entre a vida familiar e o trabalho, pois apesar da vida não ser só trabalho, é preciso saber

fazer do trabalho vida, e as organizações também têm de responder a esta necessidade tornando-se em cenários de realização. A sociedade tem de mudar, mas a mudança tem de começar por nós próprios. Para sair desta crise é necessário ter coragem, solidariedade, optimismo e capacidade de partilha.

Para que a sociedade cresça somos todos necessários, disse Alexandra Teté, e cada um deve fazer e trazer para o dia-a-dia o melhor que tem para dar. A experiência deve ser usada na busca de uma melhor realidade, em que todos, homens e mulheres, trabalham com o que de melhor cada um tem a oferecer, valorizando as diferenças e o que nos complementa.



João César das Neves



Alexandra Teté



Luís Todo Bom

07 DE JULHO, EM LISBOA
ECOS DA SESSÃO DE CONTINUIDADE

Conseguirá Portugal ser competitivo?

À pergunta do Prof. [Manuel Dias Ferreira](#), relançada ao auditório depois da sua exposição, respondi peremptório: sim.

Não justifiquei.

Apenas acrescentei uma condição, um 'se...': se o país definir 'ser competitivo' como um verdadeiro objectivo, um verdadeiro desígnio, noutras palavras, tiver atitude. Atitude quer dizer confiança, perseverança, foco no objectivo, sacrifício, humildade. Humildade! A mudança de atitude começa por um exercício de humildade. Não no sentido da subserviência a que associamos recorrentemente a humildade. Humildade porque reconhecemos, como sociedade e como cidadãos, o ponto em que estamos e sempre estivemos, mesmo no período do 'grande

equivoco nacional' que agora somos forçados a terminar, onde gastámos de forma displicente o que tínhamos e o que não tínhamos.

O debate aqueceu. Onde errámos no passado? O que devemos fazer já, que nos traga melhor futuro? Reduzir custos? Crescer em valor? Mais investigação e desenvolvimento? Mais doutorados nas empresas? Ou mais empresa nas Universidades?

Chega de nos vangloriarmos com conquistas d'aquém e d'além mar, essa atitude narcisista que tanto nos caracteriza, usurpando o legado dos nossos antepassados como se fosse só nosso. Esses legados são de há 400 anos! E nós, que legado deixamos aos nossos filhos? Que mares estamos dis-



Manuel Dias Ferreira



postos a navegar, que riscos temos coragem de enfrentar?

Adormecemos embalados por um estado paternalista há algumas gerações. Fomos liderados por elites políticas, económicas e culturais que não honraram o seu papel e que se revelam incapazes de se renovar.

E nós? Como é que interagimos entre cidadãos? Somos cooperativos e gregários ou individualistas e fragmentários? Como provocamos a mudança? Como lhe reagimos quando outros a provocam? Como se organiza a nossa sociedade e o que dela emana, o Estado? Em que medida participamos nesse processo? Participamos sempre que a oportunidade surge? Provocamos o aparecimento da oportunidade?

Há 50 anos Portugal era um país pobre, um sítio onde a guerra tinha passado ao lado, e continuou po-

bre quando deixou passar ao lado o processo de reconstrução da Europa.

Se o problema de hoje é o mesmo de há 50 anos, as soluções de hoje não são as que há 50 anos eram válidas, apesar de não terem sido implementadas. O mundo e a sociedade mudaram. O sentido de produzir já não é o sentido de repetir sobre um processo que nos é prescrito, mas de acrescentar valor por incorporação do nosso conhecimento. Temos que ser criativos no caminho da diferenciação e do encontro do desejo do cliente final. Temos que desenvolver redes de contacto e soluções logísticas que nos permitam chegar aos mercados flanqueando os *wholesalers* que controlam o acesso ao cliente final.

Temos que surpreender para além de sermos credíveis, porque fiáveis e confiáveis. Numa palavra temos que INOVAR.





Inovar, não apenas sobre os produtos, os serviços, os processos, mas particularmente sobre a forma como nos relacionamos e nos organizamos. Temos que inovar do ponto de vista social, criando uma sociedade que valorize o mérito, que promova e dê oportunidades aos seus concidadãos e assim seja verdadeiramente solidária, protegendo também os mais frágeis nas intempéries.

Tudo isto, ou melhor, á volta disto, foi a sessão de Continuidade de 7 de Julho. A discussão que o Prof. Manuel Dias Ferreira provocou permitiu ao auditório um confronto de ideias sereno, e até de sentimentos numa altura em que o país se encontra ferido no seu orgulho.

Houve consenso. Não porque estivessemos todos de acordo, mas porque partilhámos o mesmo objectivo: vamos conseguir, vamos dar a volta ao nosso País e somos todos voluntários nessa grande tarefa. Perserverantes e sem perder o foco.

Vale apenas voltar à AESE. Este é o meu testemunho. ■

Ângelo Ramalho
28º [PADE](#)



05 e 06 DE JULHO,

PDE – PROGRAMA DE DIRECÇÃO DE EMPRESAS



Sessão de encerramento do PDE no Porto e em Lisboa

Nos passados dias 5 e 6 de Julho, os participantes no 46º PDE, no Porto, e do 47º PDE, em Lisboa, concluíram o [Programa de Direcção de Empresas](#).

Após a entrega dos diplomas e das fotografias de grupo, seguiu-se o jantar de encerramento. No Porto, o encontro realizou-se no hotel Yeatman, um espaço com uma vista panorâmica sobre o rio Douro e a zona ribeirinha. O ambiente vivido ao longo de toda a noite foi de grande confraternização e cumplicidade. Sinal disso, foi a elaboração, por parte dos 29 participantes do PDE, de um vídeo, visionado durante a sessão de encerramento, com base no estudo do caso “O 46º PDE do Porto” – Um caso de sucesso. Os testemunhos apresentados retrataram o companheirismo e a promessa de manter os laços

que se criaram ao longo dos últimos seis meses.

Em Lisboa, o jantar de encerramento decorreu no Edifício Sede, em Lisboa, onde [Ramalho Fontes](#), Director-Geral da AESE, salientou a necessidade de se ter um sentido de urgência que impulse os cidadãos a colocarem em acção todas as suas energias e recursos combatendo, desta forma, o entorpecimento do espírito crítico obrigando os mesmos a, permanentemente, saírem das zonas de conforto. Segundo Ramalho Fontes, “o PDE contribuiu para que cada um se possa procurar as oportunidades que se escondem por trás da crise, dos grandes problemas, sem nos deixarmos paralisar pelo medo, pelos receios”.



Assista ao vídeo com os testemunhos do PDE

AGENDA

Seminários



Finanças e Controlo
**Finanças para não-
financeiros**
Lisboa, 19-20 e 26-27 de
Setembro

[Saiba mais >](#)



Factor Humano
Gestão de talento
Lisboa, 29 de Setembro

[Saiba mais >](#)



Operações, Tecnologia e
Inovação
Repensar as operações
Lisboa, 11 de Outubro

[Saiba mais >](#)



Factor Humano
**Como desenvolver a
minha capacidade
relacional?**
Lisboa, 24 de Outubro

[Saiba mais >](#)

[BLOG AESE](#)
[ARTIGOS DE OPINIÃO](#)

Partilhe connosco a sua opinião



Diogo Ribeiro dos Santos

O défice público, a contabilidade e a informática

“Em Portugal, o défice público é apurado na óptica de caixa. Significa que se considera a diferença entre as entradas e as saídas de dinheiro dos cofres do Estado. Se, por um lado, esta é uma medida simples e objectiva...”

[Ler mais e comente](#) » »

Publicado no Blog AESE a 08 de Julho de 2011



André Morgado

Rigor vs. Relevância

“Num artigo recentemente publicado no Financial Times debateu-se, mais uma vez, o paradoxo Rigor vs. Relevância, salientando a sobreposição da primeira, o rigor científico, face à desvalorização da relevância do conhecimento para a prática da gestão...”

[Ler mais e comente](#) » »

Publicado no Blog AESE a 07 de Julho de 2011

PASSAPORTE



Carlos Alvares (23º [PADE](#)) é o actual Director Geral de Negócio do Banco Popular Portugal.



Pedro Sarmento Gouveia (31º [PDE](#)) assumiu a função de CFO na Quebramar/Terra Mítica, S.A



Pedro Mega (36º [PADE](#)) foi nomeado coordenador Geral da Enviália Portugal - uma empresa de encomendas urgentes. Pedro Mega será responsável pelo arranque das actividades da empresa no nosso país.

COMUNICADO



Durante o próximo mês de Agosto a AESE fará uma pausa no envio da publicação Correio da AESE, retomando a sua actividade no dia 6 de Setembro – terça-feira, com o envio da Edição 562 onde continuarão a seguir a Documentação, o Panorama, bem como a Agenda e as Notícias que marcam a actividade da Escola.

A todos os Alumni desejamos boas férias e um regresso retemperado.



PANORAMA

“Acção pró-família: da sociedade aos políticos”

Arantza Quiroga, Presidente do Parlamento Basco e membro do Partido Popular, em entrevista à “Aceprensa”, referiu-se a temas em que estão envolvidas política e família.

— **Ninguém se declara contra a família. Mas, de facto, o debate está polarizado em torno dos temas mais polémicos, como o aborto ou o casamento homossexual. Não se poderia subtrair a política familiar do confronto ideológico?**

— A verdade é que temos uma sociedade na qual há muito de relativismo, e vende-se isso como um direito. Como não votar a favor

de um direito? Mas, assim, está-se a pôr em causa uma estrutura tão fundamental como a família.

— **A conciliação de família e trabalho é um problema real de muitas pessoas, mas não se propõem soluções: parece que andamos com falta de ideias. Que se poderia fazer para avançar neste terreno?**

— Não acho que haja falta de ideias. Penso que há ideias, e muito boas; o problema é não haver vontade de as querer pôr em prática. É preciso vontade e acreditar que é necessário, e como não existe essa vontade, o assunto está parado.

Há algo que não consegui entender ao longo dos anos: que as medidas de conciliação não estivessem na agenda das primeiras coisas a tratar na negociação colectiva entre sindicatos e empregados e não encontrei medidas de conciliação da vida familiar e laboral. Havia melhorias salariais, mais férias... mas medidas concretas de conciliação da vida familiar e laboral não existem, e as que o governo aprovou são para os funcionários públicos. Se se for funcionário, como costume dizer, efectivamente existe a baixa de maternidade, a baixa de paternidade, existem todas as possibilidades. Se se trabalha na empresa »»





privada, é muito difícil, sobretudo porque nesta situação em que estamos, atrás de nós estão à espera três ou quatro para ocupar o nosso lugar. Isto é uma questão de vontade e de mudar, como dizia, as mentalidades.

— Acha que em Espanha está garantido o direito constitucional dos pais escolherem para os seus filhos um tipo de educação em consonância com as suas convicções?

— Penso que depende das comunidades autónomas. Acho que esta é também uma questão de vontade e de se acreditar realmente que os decisores são as famílias e não o Estado. O intervencionismo do Estado não pode chegar às famí-

lias. Se os pais dizem que querem esta ou aquela educação, o que o Estado tem de fazer é pôr à disposição das famílias as diversas possibilidades, para que possam escolher.

— Como política, deve estar acostumada a receber reivindicações de diversos interesses, por exemplo, de um sector económico afectado por uma lei. E as famílias? São escutadas? Elas fazem-se ouvir?

— No País Basco temos uma associação de famílias numerosas, a Hirukide, que é muito activa, que se faz ouvir muito na sociedade e que colocou sob os holofotes e deu visibilidade a um colectivo muito importante, que é o

das famílias numerosas no País Basco. Eu, pela experiência que tenho, posso dizer que vieram ao Parlamento variadíssimas vezes, falaram com os grupos parlamentares, estiveram há pouco tempo no Parlamento para que os recebesse, e explicaram-me o que estavam a fazer. Por isso, no País Basco temos uma associação muito activa, e em termos de Espanha existe o Foro de la Familia, que também me parece ser muito importante e vai continuar a sê-lo. Temos de estar conscientes disto: a acção a favor da família processa-se de baixo para cima: se a sociedade começar a movimentar-se, nós, os políticos, também nos movimentaremos. ■

R. S.



PANORAMA

Cuba e EUA: 50 anos de bloqueio sem resultados



Como todos os anos desde 1992, a 26 de Outubro de 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou o relatório “Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”. Só dois países – Israel e, evidentemente, os EUA – votaram contra o projecto, que recebeu o apoio de 187 países.

Há algo de inexplicável obstinação no facto de Washington persistir, com cada vez menos apoio, em manter aquela política. Os EUA não conseguiram alcançar o seu objectivo: derrubar o sistema de partido único (do Partido Comunista de Cuba). A única coisa que

conseguiram foi, na realidade, aumentar as escassezes e limitações que o povo cubano tem de enfrentar na sua vida quotidiana. Não é difícil entender, portanto, que essa política não goze de muita simpatia entre a grande maioria dos cubanos, nem de dentro nem de fora do país.

Desde 1959, embora o novo governo de Fidel Castro não tivesse declarado ainda o seu carácter socialista, Washington suprimiu a quota açucareira que cabia a Cuba no mercado norte-americano e cortou o necessário fluxo de combustíveis. Posteriormente, as refinarias existentes em Cuba, pertencentes a empresas

norte-americanas, recusaram processar o crude proveniente da União Soviética, e o Estado cubano nacionalizou-as.

A cadeia de desencontros levou a que, a 7 de Fevereiro de 1962, o presidente John F. Kennedy tenha decretado o fim de qualquer ligação comercial com Cuba – uma anedota conta que, antes de o fazer, Kennedy pediu a um secretário que lhe assegurasse uma considerável reserva de charutos cubanos; e que só assinou uma vez concluída esta compra. Era uma questão de esperar que as pressões surtisses efeito.



No entanto, a existência da União Soviética e do seu bloco de aliados da Europa de Leste salvou Cuba do colapso económico. A partir desses países chegavam a Cuba, em troca do açúcar e do níquel que já não eram comprados pelos EUA, matérias-primas, maquinaria, alimentos, veículos, electrodomésticos, em resumo, o necessário para a subsistência.

Só quando o socialismo europeu entrou em colapso é que começaram a sentir-se em Cuba os efeitos mais crus das medidas norte-americanas. Por isso, em 1992, Havana levou pela primeira vez à Assembleia Geral da ONU um projecto de resolução a condenar essa política. Se naquela altura a votação foi de 59 votos a favor, 71 abstenções e 3 contra,

nos números actuais pode observar-se um sucesso da diplomacia cubana – e do efeito da colaboração de milhares de médicos e professores cubanos em dezenas de países do Sul – ao longo destes anos. Paradoxalmente, neste tema, foram os EUA que ficaram isolados.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba assegura que o bloqueio causou a esse país prejuízos superiores a 751.000 milhões de dólares, em áreas que vão desde o comércio externo até à saúde pública, à educação, à agricultura, ao desporto...

O espectro de áreas e de proibições é amplo: além da recusa de cidadãos norte-americanos poderem viajar livremente a Cuba (po-

dem fazê-lo à Coreia do Norte, à China e ao Vietname), o bloqueio impede Cuba de utilizar o dólar nas transacções internacionais e o seu acesso a créditos do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Por outro lado, proíbe-lhe comprar, entre outros bens de necessidade, artigos, equipamentos, serviços, como próteses para usos diversos em cirurgia cardio-vascular, placas de iodo radioactivo para o tratamento de crianças e adultos que padecem de tumores na retina, máquinas Braille para estudantes cegos, sistemas de tapetes para manipular bagagem nos aeroportos, motores para embarcações, fertilizantes para a cultura do arroz, computadores da Intel, Hewlett Packard, IBM ou MacIntosh, e um





longo etc. Quando consegue obtê-los, através de terceiros, Havana tem de pagar preços a dobrar ou a triplicar, o que provoca um maior desgaste económico.

E mais um aspecto: o da extra-territorialidade, a extensão das sanções a terceiros: se um navio holandês ou japonês levar mercadorias a Cuba, não pode, devido à denominada Lei Torricelli, de 1992, tocar qualquer porto norte-americano até seis meses depois.

Já a Lei Helms-Burton, de 1996 – estipula que, se uma empresa estrangeira investe em Cuba no que um tribunal dos EUA considerar uma antiga propriedade norte-americana, arrisca-se a fortes sanções. Receando uma possível avalanche de queixas judiciais, os

governos de Clinton, Bush II e Obama prorrogaram semestralmente, desde a sua aprovação, a entrada em vigor do capítulo III dessa lei.

Um parêntesis na aplicação do bloqueio constituiu a Lei da Agricultura assinada por Clinton no ano 2000 que, num dos seus pontos, autoriza a venda de alimentos e medicamentos a Cuba. Num primeiro momento, as autoridades cubanas, desejosas de ir mais longe, recusaram a possibilidade de adquirir produtos ao abrigo dessa licença, tendo por alvo a remoção do bloqueio.

Mas, as devastadoras consequências de um furacão no Outono de 2001, determinaram que Havana tenha decidido aceitar a oferta de

vendas de alimentos feita pela administração Bush.

Daí e até agora, os produtores agrícolas norte-americanos converteram-se em importantes fornecedores do mercado cubano (o pico de vendas situou-se nos 711 milhões de dólares em 2008), numa relação comercial de um só sentido, pois, a Cuba, não é permitido exportar para os EUA nem um único maço de tabaco ou uma garrafa de rum Havana Club.

Além disso, Cuba questiona “as difíceis condições de pagamento para os importadores cubanos –em dinheiro e adiantado – e os custos adicionais de armazenamento, ou demora extraordinária do navio no porto, em que incorre a importadora de alimentos Alimport por entraves burocráticos”.

»»



Embargo ou bloqueio? Pareceriam sinónimos, mas mesmo as palavras são armas lançadas neste cenário. Para o governo dos EUA, é um assunto “bilateral”, um simples desejo de não estabelecer relações comerciais com o outro, pelo que o assunto acaba aí: é um simples “embargo”. Pelo contrário, para Cuba, a política do que denomina “bloqueio” – e é feita com esse nome a votação da resolução anual na ONU – constitui “um acto de genocídio”.

Como se disse, não é apenas Cuba a empregar o termo. Em visita a Havana em Fevereiro de 2008, o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Tarcisio Bertone, afirmou: “A Santa Sé confirma as palavras de João Paulo II de que o bloqueio é injusto e eticamente inaceitável; é

uma opressão contra o povo cubano (...). Essa é a verdade. O Vaticano confirma-o e faz tentativas para impulsionar os EUA a eliminar este bloqueio”.

Os motivos que levam os EUA a manter uma prática tão pouco defensável perante a opinião pública internacional, são difíceis de entender. E ainda mais quando um inquérito realizado pela Universidade Internacional da Florida, pouco depois das eleições presidenciais de 2008, revelou que, pela primeira vez, a maioria dos cubano-americanos (55 por cento) se opõe ao bloqueio, e 65 por cento advogam o restabelecimento dos laços diplomáticos entre ambos os países.

Cinquenta anos de restrições sem resultados concretos – a não ser

prejuízos para a população cubana –, justificariam o abandono de uma política digna da Guerra Fria e a adopção de um mecanismo de diálogo. Talvez um obstáculo seja o facto de alguns cubano-americanos que ocupam lugares no Capitólio e na política local da Florida, continuarem a apostar em manter o *statu quo*, a dinâmica do confronto infrutífero.

Em Abril de 2009, Obama levan-tou as restrições para os cubano-americanos viajarem livremente a Cuba a ver os familiares, e enviá-lhes o dinheiro que quisessem. Para norte-americanos de origem não cubana, a proibição mantém-se, e é isso o que vários legisla-dores tentam mudar com a nova lei.

»»



Se primasse em determinada altura a lógica e fosse levantado o bloqueio, isso constituiria, além de um acto de justiça, uma oportunidade

para pôr a nu e corrigir as manifestações de ineficiência, falta de produtividade e rigidez burocrática de que padece a sociedade cubana,

e que hoje, graças à teimosia de Washington, são, simplesmente, “culpa do bloqueio”. ■

A. R

PANORAMA

Decenários para dezenas



Com o empenho que colocam alguns políticos em fazer desaparecer as cruzes dos lugares públicos, é paradoxal que tenha passado a ser moda fazer brilhar no pulso uma “pulseira decenário” (também denominada rosário).

A intolerância religiosa ou a renúncia activa às próprias raízes culturais e espirituais que se verificam habitualmente em democracias saturadas pelo politicamente

correcto, vêm-se desmontadas muitas vezes pelos próprios canais que elas mesmas utilizam para conseguir os seus propósitos. É o caso da moda. Concretamente, através de novidades que procuram obter um nicho no mundo dos complementos acessíveis ao grande público.

Tudo começou quando Rocío e Tamara, duas jovens estudantes madrilenas de Administração de

Empresas no CUNEF (Colegio Universitario de Estudios Financieros) descobriram em Montserate, lugar de peregrinação religiosa situado em Bogotá, nas pulseiras mais simples que lá se vendiam, “rosários feitos à mão, símbolo religioso formado por 10 nós e uma cruz, utilizados para rezar as contas de um mistério”.

Compraram todas as que puderam e começaram a oferecê-las ao che-

»»



gar a Espanha. Ambas ficaram surpreendidas com o sucesso daquela “pulseira”, ao ponto de terem decidido regressar a Bogotá para comprarem mais e inclusivamente contactaram a pessoa que as elaborava à mão para lhe pedir que as fizesse com cores mais alegres: vermelhas, azuis, verdes, amarelas.

As duas jovens criadoras contam na sua página *web* (www.awaking.es) o papel decisivo que desempenhou a sua amiga jornalista Sara Carbonero quando das suas contínuas apari-

ções na televisão, por altura da realização do Mundial de Futebol na África do Sul, onde brilhou com várias das “pulseiras decenários” no seu pulso.

“O que começou por ser um *hobby*”, confessam, “converteu-se na oportunidade das nossas vidas”. Certamente também, mesmo sem o saberem, num exemplo gráfico de um dos maiores paradoxos da sociedade moderna. Aquilo que a política procura expulsar do âmbito público, a moda recupera e recicla,

convertendo-o no “complemento fetiche do ano” que é anunciado em página dupla em periódicos de grande tiragem. ■

A.L



PANORAMA

Itália: reconhecida objecção à pílula do dia seguinte

O Comité Nacional de Bioética italiano pronunciou-se a favor do reconhecimento da objecção de consciência dos farmacêuticos que não querem disponibilizar a “pílula do dia seguinte”. Ao mesmo tempo, pede à autoridade competente que preveja um sistema para que a mulher solicitante possa obtê-la. Haverá assim respeito tanto pela decisão do farmacêutico, como pela da mulher.

O Comité reconheceu que a objecção de consciência “tem um fundamento constitucional no direito geral à liberdade religiosa e à liberdade de consciência”. E acrescentou que a concretização

deste princípio deve ser feita respeitando simultaneamente o direito do cidadão a “receber a assistência sanitária reconhecida pela lei”.

O parecer do Comité responde a uma questão suscitada pela deputada Luisa Capitanio Santolini, relativamente à objecção de consciência a um produto como a pílula do dia seguinte, para a qual “não se exclui a possibilidade de um mecanismo de acção que leve à eliminação do embrião humano”.

A maioria do Comité considerou que “se pode reconhecer ao farmacêutico um papel similar ao

dos agentes sanitários e, portanto, em analogia com o que sucede com outras figuras profissionais, deve-lhes ser reconhecido o direito à objecção”. ■

(in “Avvenire”)





DOCUMENTAÇÃO

Uma Constituição inovadora para a Hungria

A Hungria aprovou, por uma ampla maioria, uma nova Constituição que reconhece o respeito pela vida humana desde a concepção, juntamente com o valor central da família, o casamento entre homem e mulher e a liberdade de ensino, além do “papel do cristianismo na sobrevivência da nação”. Não é de estranhar que a opinião dominante tenha vertido a sua cólera acusando-a de violar os “padrões europeus”.

Apesar do que afirmam os críticos, nenhuma instituição da União Europeia subestimou a importância da nova Constituição.

passar a ter uma nova Constituição deveria ser motivo de satisfação para a Europa, pois foi o último país do antigo bloco soviético a desembaraçar-se da Constituição comunista. O impulsor do texto foi o primeiro-ministro Viktor Orbán, líder do partido conservador Fidesz, que tem dois terços no Parlamento. A nova Constituição húngara, aprovada em 18 de Abril de 2011, substitui uma carta magna de 1949, cheia de remendos, para a adaptar à democracia. O presidente da Hungria, Pál Schmitt, ratificou-a a 25 de Abril, e entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2012.

ampla busca de notícias sobre o acontecimento, no Google News, encontrará uma chuva de títulos acusando a nova Constituição de “ultraconservadora”, “discriminatória”, “anti-democrática”, violadora dos “padrões europeus e internacionais, das liberdades individuais e dos direitos do homem”. Também se lê por todo o lado que “foi duramente criticada por alguns parceiros da União Europeia” e pelas instituições europeias. Uma maioria parlamentar de dois terços e sondagens de opinião dão um apoio popular à reforma.

“Terror” nas chancelarias



À partida, o facto de a Hungria

Mas quem quer que faça uma

Mas se se procurar no *Google*, em



várias línguas, essas declarações escandalizadas e de horror dos líderes europeus, será tudo em vão. O mais que se pode encontrar, por parte de alguma instituição da União, é uma resposta de um porta-voz da Comissão Europeia onde se espera que “a nova Constituição seja conforme com os valores europeus”. De acordo com a minha longa experiência no sector da comunicação social em Bruxelas, os porta-vozes são mestres em falar do que há (ou do que não há) evitando enfrentar a opinião dominante.

Por parte de “alguns parceiros da União Europeia”, só chegou aos meus ouvidos uma frase insinuante inserta no diário espanhol *El País*: “A novíssima Lei Funda-

mental da Hungria – país que presidiu à UE no primeiro semestre de 2011 – desencadeou borburinho em Bruxelas e Berlim, onde um alto funcionário dos Negócios Estrangeiros disse ontem que «consolida um conceito de direito dificilmente compatível com os princípios da UE» (note-se a precisão na altura de citar a fonte onde se fundamenta a origem desse “borburinho”).

Segundo li mais tarde numa outra fonte, o alto funcionário alemão era Werner Hoyer, um secretário de Estado dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A 5 de Maio, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, teve um encontro em Berlim com a chanceler alemã, Angela Merkel. E, na cimeira, não foi abordada a nova

Constituição húngara.

Nem sequer no Parlamento Europeu, que abarca políticos de todas as tendências, foi bem sucedida a tentativa de debate dirigido para afrontar a carta magna húngara e o seu governo (só juntou para isso um quarto do hemiciclo). Outro fórum de opinião ainda mais amplo e multicolor, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (que, como se sabe, não é uma instituição da União Europeia) contratou um grupo de especialistas para fazerem uma auditoria à Constituição húngara. O encargo recaiu, “por mero acaso”, no grupo chamado “Comissão Veneza”, que já se encarregou de impor aos legisladores do Kosovo que retirassem do seu rascunho constitucional a protecção à crian-

»»



-ça não nascida e a distinção entre homens e mulheres no casamento. As suas conclusões são, à partida, conhecidas.

Vozes críticas

De onde, então, tantos jornalistas retiraram essas frases tão aterradoras? Ao ler os artigos completos, observa-se que os seus autores, após darem a notícia do que foi aprovado na Hungria, preenchem as linhas do que escrevem citando o líder do partido socialista húngaro da oposição, MSZP, e grupos feministas, gays e defensores dos direitos humanos (a maior parte das vezes nem os mencionam pelo seu nome, com excepção da omnipre-sente Amnistia Internacional).

Os socialistas – que nas eleições de 2010 ficaram reduzidos a uma expressão mínima – denunciam uma viragem autoritária pelo facto de a Constituição não ter sido aprovada com o consenso de todos. Com efeito, dos 384 deputados do Parlamento húngaro, “só” a aprovaram 262, contra 44 que se opuseram, um que se absteve e 77 que protestaram saindo sem votar. As sondagens de opinião davam também um apoio maioritário do país à reforma.

Isto é, a deriva autocrática do primeiro-ministro Viktor Orbán tem origem no facto de ter obtido para o seu partido uma ampla maioria absoluta nas eleições: o mau da fita, o culpado, é o votante húngaro. Que diga isso o político que acaba de perder é, se não o nor-

mal, pelo menos “o habitual”; mas que o repitam indiscriminadamente tantos jornalistas, dá que pensar.

Por parte da Amnistia Internacional (não é claro se se trata de uma opinião oficial ou de algum dos seus membros) e da corte de associações feministas e gays evocados, o argumento é que a nova Constituição implanta valores que podem ir contra os seus próprios interesses e objectivos, pois ameaça restringir o “direito” ao aborto e aos casamentos e adopções homossexuais. Ou seja, atenta contra as liberdades individuais e os “padrões europeus e internacionais de direitos humanos”.

»»



Esses padrões internacionais

Está na hora, portanto, de verificar este último aspecto: a suposta ameaça desta carta magna contra os princípios das democracias e da Europa.

O preâmbulo reconhece “o papel do cristianismo na sobrevivência da nação”. Os críticos devem encarar isto como uma falta de liberdade fundamental: a sua de não ouvir uma opinião que os contraria. De qualquer forma, é verdade que se trata, pela primeira vez na nossa Europa do século XXI, da adopção de uma posição decidida de não renunciar à própria história nem à origem dos valores que forjaram os actuais.

O texto considera “que a base da existência humana é a dignidade

humana”, que “a família e o país constituem o quadro principal da nossa convivência e que os nossos valores fundamentais são a fidelidade, a fé e o amor”. Perigosos princípios, inclusivamente revolucionários.

“A vida do feto deverá ser protegida a partir do momento da concepção”, lê-se na Constituição. Será que esta frase se opõe à Carta de Direitos Fundamentais da UE (2000) onde se diz que “a dignidade humana é inviolável” e “será respeitada e protegida” (artigo 1º) ou que “toda a pessoa tem direito à vida”? Ou opor-se-á à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais de 1953 (“o direito de toda a pessoa à vida está protegido pela lei”)? Ou à Declaração Universal de Direitos

Humanos (1948), onde se afirma que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança da sua pessoa”?

É verdade que a carta magna húngara “inova” ao precisar que essa vida humana é protegida a partir da concepção, pois aqueles que redigiram os tratados internacionais que fundamentam os nossos valores essenciais não tinham nenhuma razão para o explicitar. Mas esta precisão já figurava na não tão antiga Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ao ter presente que “a criança, pela sua falta de amadurecimento físico e mental, necessita de protecção e cuidados especiais, inclusivamente a devida protecção jurídica, tanto antes como depois do nascimento”.

»»



Nem estes textos mencionados nem nenhum dos outros numerosos tratados internacionais, mencionam a existência de um “direito a acabar com a vida da criança não nascida”, que seja superior ao continuamente proclamado direito à vida de todo o ser humano.

Após a aprovação da Constituição, o primeiro-ministro húngaro lançou uma campanha institucional para reduzir o número de abortos, mostrando o valor da vida por nascer. Apesar de o texto dos anúncios não ser ofensivo para ninguém – “Compreendo que não estejas preparado para me teres, mas poderias dar-me em adopção. Deixa-me viver!” –, ergueu-se uma campanha feminista para a travar. Estas associações argumentam

que se está a dizer à sociedade que abortar é um assassínio. Convencer a sociedade é a forma como o Governo pretende lutar para reverter uma prática, fomentada pelos comunistas, em vez de revogar directamente a lei que legaliza actualmente o aborto a pedido até à décima segunda semana.

A protecção do casamento

A Constituição húngara estabelece também que o Estado irá proteger “a instituição do casamento como uma comunidade de vida entre um homem e uma mulher e a instituição da família”. Voltamos a deparar com uma batata quente. Na Europa, esta precisão do significado do casamento só aparece na Constituição da Polónia de

1997, embora se depreenda da forma como está redigida a maioria das constituições e dos tratados internacionais. Neles, a família (entendida como “de pai e mãe”) exige uma protecção particular devido à sua função essencial de salvaguarda e continuação da sociedade.

Numa análise rápida por documentos internacionais, constatamos que a família é reconhecida como “o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção da sociedade e do Estado” pela Declaração Universal de Direitos Humanos e, em termos quase iguais, pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas e pela Convenção sobre os Direitos da criança. Esta última expressa a

»»



convicção de que “a família, como grupo fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros, e nomeadamente das crianças, deve receber a protecção e assistência necessárias para poder assumir plenamente as suas responsabilidades dentro da comunidade”.

Tabela de salvação

O que aqui está em confronto é uma batalha entre duas concepções opostas da sociedade: a que plasmaram as nossas constituições e declarações universais de direitos humanos e a que querem impor, de facto, na ordem internacional e nacional grupos de interesse que, infelizmente, hoje controlam a opinião pública.

Os húngaros não fizeram mais do que dotar-se de uma salvaguarda para o seu país e sociedade. A Hungria, com um índice de fecundidade de 1,3 filhos por mulher (o nível necessário para substituir gerações é de 2,1), só quer sobreviver. Está consciente de que evitar a destruição de crianças não nascidas e proteger o ecossistema natural onde se criam os cidadãos (a convivência estável entre homem e mulher) é a única saída para a crise demográfica que vai surgir. E que a imigração não é uma solução a médio prazo.

Aspectos políticos polémicos

Uma leitura completa da Constituição húngara de 2011 oferece a imagem de um Estado ocidental moderno, com instituições demo-

cráticas, divisão de poderes, separação Igreja-Estado, respeitadora das liberdades individuais, dos direitos das minorias e do meio ambiente, e aberta à integração europeia e às instituições internacionais. Mas, o texto inclui alguns artigos atípicos, além dos mencionados neste texto, que inquietaram certos meios:

- Uma das principais preocupações do legislador é acabar com o abuso financeiro e a corrupção. Neste sentido, limita o poder do Tribunal Constitucional em assuntos orçamentais e fiscais quando a dívida pública ultrapassar os 50% (actualmente está nos 80%). Além disso, o presidente poderá dissolver o Parlamento se não for aprovado um orçamento, e só as empresas com estruturas e actividades trans-

»»



parentes poderão receber contratos públicos.

- Para reforçar as medidas adoptadas pelo actual governo (que, de forma atípica, tem uma maioria de dois terços no Parlamento), a Constituição estabelece uma série de leis orgânicas que exigem esta maioria para serem modificadas. Englobam, entre outras, as leis fiscais e de pensões, a ratificação de tratados internacionais e a protecção das famílias, assim como qualquer reforma constitucional.

- Outra das suas preocupações tem a ver com as minorias de origem húngara noutros países europeus. O artigo G estabelece que “qualquer criança nascida de um cidadão húngaro será cidadão

húngaro por nascimento”. Uma lei orgânica irá estabelecer outros meios para obter a nacionalidade húngara. Este artigo gerou em países vizinhos o receio de uma possível ingerência estrangeira.

- Pela prioridade que quer dar às políticas natalistas, o artigo XXI propõe uma medida curiosa: “Não poderá considerar-se uma infracção aos direitos de igualdade de voto, se uma lei orgânica criar um voto adicional para mães de família com filhos menores ou, quando a lei o preveja, que outra pessoa possa disfrutar de um voto adicional”.

Hungria em números

População: 10 milhões.

Índice de fertilidade: 1,3 filhos por mulher.

Crescimento vegetativo: -0,3.

Esperança de vida: 74 anos.

Maiores de 65 anos: 17%.

Religiões: Católicos 52%, Calvinistas 16%, Luteranos 3%, Greco-Católicos 2,6%, outros cristãos 1%, outros ou não filiados 25,5%.

Partido governante: Fidesz (52,7% dos votos nas últimas eleições).

Primeiro-ministro: Viktor Orbán (desde 29 de Maio de 2010).

PIB per capita: 19.000 dólares (2010).

Taxa de desemprego: 10,7%.

Sector privado: 80% do PIB.

**Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)**

AESE Lisboa

Júlia Côrte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/cancelamento

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt